

Franca, 02 de dezembro de 2019.

OFÍCIO PJA 104/2019

Nota de repúdio ao Projeto de Lei 6159/19

A **Federação das APAES do Estado de São Paulo – FEAPAES/SP**, associação civil, beneficente de assistência social, de assessoramento, de defesa e garantia de direitos com foco no fortalecimento do movimento social da pessoa com deficiência, tendo em vista a apresentação do PL 6159/19 pelo Poder Executivo, na data de 26 de novembro de 2019, vem a público, com base nos seus fins e objetivos estabelecidos pelo artigo 8º, I e IV do Estatuto Social, apresentar nota de repúdio:

Dentre outros, o PL traz alternativa ao cumprimento da Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91), sendo que as empresas que não cumprirem as cotas legais poderão recolher mensalmente determinado valor ao Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional, Prevenção e Redução de Acidentes de Trabalho, do Ministério da Economia, por vaga não preenchida.

Outro ponto extremamente crítico do Projeto de Lei é que a contratação de pessoa com deficiência “grave”, avaliada nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da LBI, será considerada em dobro para fins de verificação do cumprimento da Lei de Cotas, estabelecendo vantagem ao empregador que admitir um trabalhador com deficiência considerada “grave”.

Também permite que as empresas cumpram a cota legal em estabelecimento diverso, cria o auxílio inclusão estabelecendo que somente será pago em determinadas condições orçamentárias e diminui diretamente as vagas das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Ora, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, incorporada ao sistema jurídico brasileiro com força de emenda constitucional, tem como base os princípios da igualdade e da não-discriminação, estabelece a promoção do “respeito pela diferença

e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade” (art. 3, alínea “d” da Convenção)

Ou seja, Projetos de Lei contrários às garantias previstas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência são inconstitucionais, em razão do status constitucional conferido à Convenção.

As alterações trazem verdadeiras exclusões das pessoas com deficiência, sendo que cada vez mais caminhamos em busca da plena e efetiva participação e inclusão na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, seja no mercado de trabalho, seja na sociedade.

O PL 6159/2019 afronta as obrigações assumidas pelo Brasil, é inconstitucional e traz prejuízos para a pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Diante do retrocesso da proposta legislativa, que poderá dificultar e impedir o acesso da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho, a FEAPAES/SP repudia toda alteração legislativa que venha a degrading os direitos das pessoas com deficiência e permanece se posicionando contra qualquer tipo de retrocesso, sempre na luta pela construção de uma sociedade inclusiva.



Cristiany de Castro

Presidente

FEAPAES/SP